

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO
RIO GRANDE DO NORTE**

ANA LUÍZA MORAIS PINHEIRO

**A CONTEXTUALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DA
LITERATURA**

**NATAL-RN
2011**

ANA LUÍZA MORAIS PINHEIRO

**A CONTEXTUALIZAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO DA
LITERATURA**

Monografia apresentado ao curso de
Nutrição da Faculdade Natalense para o
Desenvolvimento do Rio Grande do Norte,
como requisito obrigatório para obtenção
de grau de Nutricionista.

Orientadora: Célia Regina

**NATAL-RN
2011**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que guia meus passos, agradeço por caminhar ao meu lado e por me contemplar com sua proteção. E em especial, a minha mãe, e inspiração para eu ser também nutricionista, por ser a luz do meu caminho, pelo esforço, dedicação e exemplo de persistência e luta para mim.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo Dom da vida, por me conceder saúde e o amor de minha família.

Agradeço aos meus pais, por terem me ensinado os valores fundamentais da vida.

As minhas irmãs, Eliza e Heloisa, pela amizade, companheirismo e por todas as conversas e críticas construtivas.

À minha tia, Nilza, pela paciência, cuidado e pelo amor de mãe dedicado.

À Professora Bianca Arnoud, por sua paciência e boa vontade com que me guiou na construção deste trabalho.

À minha orientadora, Célia Regina, por não ter medido esforços para me ajudar a finalizar este trabalho.

À Raquel, pela amizade e por ter dividido todos os momentos, ao longo desses quatro anos de caminhada.

Assim como a todos os colegas e professores encontrados ao longo desses quatro anos.

ANA LUÍZA MORAIS PINHEIRO

**NUTRICIONISTAS COMO EDUCADORES EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO
INFANTIL : UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Mestre Célia Regina – Orientadora

Prof^a. Dra. Cláudia Martins de Oliveira

Prof^a. Mestre Juliana Padilha

RESUMO

A formação do hábito alimentar inicia-se com os alimentos complementares que foram incluídos no primeiro ano de vida e com as experiências positivas e negativas ligadas à alimentação ao longo da infância. As práticas alimentares no primeiro ano de vida constituem um marco importante na formação de futuros hábitos alimentares das crianças. A permanência no ambiente escolar permite que a criança adquira certo grau de autonomia em sua alimentação, sem supervisão familiar. Portanto, o papel da escola é fundamental e, para que seja cumprido adequadamente, torna-se importante a construção de programas de educação nutricional integrados ao currículo e à merenda, com a participação da família. A importância que a educação tem na promoção à saúde é indiscutível, porém há necessidade de mais ação, mais trabalho e empenho por parte dos nutricionistas para que a educação nutricional seja prioridade em todas as escolas. Este trabalho trata-se de um estudo de revisão sistemática de literatura científica, na modalidade denominada revisão integrativa. A escolha desse método foi por oportunizar um embasamento científico que permitisse através de pesquisas já realizadas, compreender a atuação do nutricionista como educador e a importância da educação nutricional na infância.

Palavras-Chave: Alimentação Escolar; Educação Nutricional; Alimentação infantil.

ABSTRACT

The formation of eating habits starts with complementary foods that were included in the first year of life and the positive and negative experiences related to food throughout childhood. Feeding practices in the first year of life is an important milestone in the development of future eating habits of children. The stay in the school environment allows the child to acquire a degree of autonomy in their diet, without family supervision. Therefore, the role of schools is essential and to be properly respected, it is important to build nutrition education programs will be integrated into the curriculum and lunch, with the participation of the family. The importance that education plays in promoting health is indisputable, but there is need for more action, more work and commitment on the part of nutritionists for nutrition education is a priority in all schools. This work deals with the study is a systematic review of scientific literature in the form called integrative review. The choice of this method was to create opportunities that would allow a scientific basis through research already carried out to understand the role of the dietitian as an educator and the importance of childhood nutrition education.

Keywords: School Feeding, Nutrition Education, Infant Feeding.

SUMÁRIO

1 Introdução	09
2 Objetivos	12
2.1 Objetivo geral	12
3 Referencial Teórico	13
3.1 Aprendizagem infantil	13
3.2 Preferências alimentares	16
3.3 Alimentação no ambiente escolar	19
3.4 O nutricionista como educador	22
4 Metodologia	26
4.1 Tipo de Estudo	27
5 Considerações Finais	28
Anexo	30
Referências Bibliográficas	35

1 INTRODUÇÃO

A formação do hábito alimentar inicia-se com os alimentos complementares que foram incluídos no primeiro ano de vida e com as experiências positivas e negativas ligadas à alimentação ao longo da infância. Há também diversas influências do meio ambiente, da cultura, da condição socioeconômica e, principalmente, da família.

Desde os primeiros momentos da vida, a alimentação está entrelaçada a emoções, simbolismos e influências socioeconômicas e culturais. Comer bem não é o mesmo que comer muito ou pouco. Cuidar do corpo que cresce é saber escolher os alimentos para manter um equilíbrio entre ganho e perdas calóricas, com extras necessários para garantir o aumento da velocidade funcional dos sistemas digestório e renal, propiciar crescimento e desenvolvimento mental e motor adequados, fazer profilaxia e reconhecimento das doenças causadas por excesso ou escassez de nutrientes e evitar, na infância, as doenças crônico degenerativas do adulto. (Domingos Palma e colaboradores, 2009).

A alimentação, envolvida por emoções e sensações, apresenta-se como um ato de convívio social, no qual os alimentos são fortes representações psicológicas criadas em cada indivíduo, a partir do seu relacionamento único e intransferível com os produtos a serem ingeridos por ele. Essas experiências são conduzidas desde o nascimento, com o aleitamento materno e, posteriormente, com ações e reações diante dos alimentos, e influenciadas constantemente pela forma como eles são oferecidos. (PHILLIPI, 2003).

Felizmente, já se observa, hoje em dia, a importância que nutrólogos e nutricionistas dão à relação vínculo mãe –filho e nutrição. Deve-se sempre considerar que alimento afetivo, é tão indispensável à sobrevivência do ser humano quanto o oxigênio que se respira ou a água e os nutrientes orgânicos que se ingerem.

O aleitamento materno é recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como alimento exclusivo até o sexto mês de vida, e a partir de então, com a introdução gradual e progressiva de outros alimentos que passaram a compor um cardápio variado e equilibrado nutricionalmente, com a manutenção do aleitamento materno até dois anos de idade ou mais (OMS, 1995).

Após este período, faz-se necessária a introdução, de forma gradual, de alimentos complementares que atendam as necessidades nutricionais da criança. Essa introdução alimentar, assim como o aleitamento materno, sofre influência de diversos fatores estreitamente ligados, entre os quais a mãe merece destaque, por constituir o elemento fundamental nos cuidados com a criança, além da influência do

contexto familiar, sócio-cultural e econômico. (SANTOS, Carmina; LIMA, Luciane; JAVORSKI, Marly)

Muitos são os benefícios da introdução em tempo oportuno da alimentação complementar, que, idealmente, não deve ser iniciada antes dos 6 meses de vida, pois pode mesmo haver malefícios em se introduzir precocemente tais alimentos. A partir dos 6 meses, deverão ser oferecidos alimentos inicialmente em consistência pastosa, especialmente preparados para a criança, chamados de alimentos de transição, com aumento progressivo de sua consistência até chegar à alimentação da família, o que deve ocorrer a partir dos 8 meses de idade. (BRUKEN; Gisela, 2006).

Estudos demonstram que crianças amamentadas exclusivamente ao seio são menos acometidas por doenças como diarreia e desidratação. Há evidências de que o aleitamento nos primeiros meses de vida diminui o risco de hospitalização por pneumonia. Entre outras vantagens, estão os ganhos na área cognitiva e a proteção contra doença atópica. (MASCARENHAS; Maria, 2006).

É inquestionável o relevante papel que o aleitamento materno desempenha no crescimento e no desenvolvimento infantil, além de ser parte integrante do processo reprodutivo, com importantes implicações para a saúde materna. (FERREIRA, Luciana, PARADA, Cristina; CARVALHAIS, Maria, 2007).

Contudo, a realidade da adoção dessa prática ainda está muito aquém da recomendação.

A amamentação era condição fundamental de sobrevivência e, conseqüentemente, a prática usual de alimentação infantil. No século XX o leite não-humano foi introduzido na dieta dos lactentes e formulações lácteas industrializadas foram desenvolvidas, com forte componente mercadológico, repercutindo negativamente nas práticas da amamentação (JELLIFFE; JELLIFFE, 1971; GOLDENBERG, 1988).

Entre as diversas causas do abandono do aleitamento materno, está a influência da propaganda de fórmulas infantis e leite integral utilizado em fórmulas caseiras, alimentos complementares e cereais para a alimentação infantil, veiculados habitualmente por mamadeiras. (ARAUJO; Maria, 2006).

As práticas alimentares no primeiro ano de vida constituem um marco importante na formação de futuros hábitos alimentares das crianças.

Segundo Cardoso; Lopes; Taddei; 2006, a alimentação é um dos fatores mais importantes para a saúde da criança, principalmente nos primeiros anos de vida.

Nesse sentido, é importante enfatizar a importância do aleitamento materno, por oferecer o alimento mais completo no início da vida da criança. Ele deve ser incentivado, apoiado, estimulado, divulgado e promovido, de maneira a garantir sua divulgação por um tempo prolongado (Domingos Palma e colaboradores, 2009).

A promoção de hábitos e práticas alimentares tem início na infância, com o aleitamento materno, e, no decorrer da vida, consolida-se em busca de uma qualidade de vida saudável. (Philippi, 2008).

Assim há a necessidade de se corrigir práticas prejudiciais às ações de promoção e proteção ao aleitamento materno, adotando um protocolo de uso comum aos profissionais da área de saúde que trabalham com a população materno-infantil. (HOLZ, 2006).

A alimentação é caracterizada pelo consumo de alimentos que pertencem às crianças, isto é, de alto valor energético e rico em carboidratos e gorduras. (Vítolo, 2003; Gaglione, 2003; SBP, 2006).

É necessário que os pais sejam orientados quanto a alguns aspectos importantes de alimentação, pois, nessa fase, o conflito gerado em torno da alimentação causa diversas tensões na família, dificultando ainda mais a aceitação. (Gaglione, 2003).

O pré escolar tem necessidade de explorar o ambiente, os objetos e os alimentos, portanto, é necessário permitir que a criança manipule, cheire, prove o alimento novo, para que conheça o sabor e o incorpore à sua alimentação. Para isso, é necessário que a criança prove o mesmo alimento em torno de oito a dez vezes. (Vítolo, 2003, SBP, 2006).

A permanência no ambiente escolar permite que a criança adquira certo grau de autonomia em sua alimentação, sem supervisão familiar. Portanto, o papel da escola é fundamental e, para que seja cumprido adequadamente, torna-se importante a construção de programas de educação nutricional integrados ao currículo e à merenda, com a participação da família. (Weffort e Hamounier, 2009).

Incentivá-la a ingerir alimentos variados, evitando a monotonia da dieta e permitindo que a criança identifique o sabor, a cor e a texturas, e da própria evolução da maturação dos reflexos que são gradativos e de acordo com a aprendizagem.

2.0 OBJETIVOS

2.1 Geral

- Fazer uma revisão bibliográfica para contextualizar a alimentação infantil.

2.2 Específicos

- Conhecer a atuação do profissional nutricionista como educador nas escolas;
- Entender a importância da educação nutricional para os pré-escolares.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Aprendizagem infantil

A área de educação infantil vive hoje intenso processo de revisão de concepções e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras da aprendizagem e desenvolvimento das crianças em creches e pré escolas.

As crianças precisam de condições adequadas de cuidado e educação para se desenvolverem plenamente. Assim, creches e pré-escolas (que atendem a crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 respectivamente) devem supervisionar e promover o desenvolvimento infantil.

Queiroz, Cunha (2002) definem que um ambiente de afetividade, ou seja, um ambiente de alegria, entusiasmo, equilíbrio emocional e valorização do ser é altamente significativo e motivador da aprendizagem.

Desta forma, o desenvolvimento mental do indivíduo é um processo contínuo de construção, que, ao lado de características que são constantes e comuns a todas as idades, refletem o seu grau de desenvolvimento intelectual e deve ser bem estimulado no ambiente escolar, já que o mesmo se mostra propício.

Na instituição escolar, é primordial que se leve em consideração as questões socioculturais vivenciadas por todos os envolvidos. Uma proposta curricular engajada em aspectos críticos da experiência coletiva é essencial para que a educação conquiste seus objetivos mais amplos e assegure esse direito a todas as crianças. (Kramer e colaboradores, 2005).

A aprendizagem não é em si mesma desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente. (LS Vygotsky).

À medida que se observa essa importância, Teixeira, 2002 diz que nos últimos dez anos, a educação e cuidado da primeira infância têm suscitado uma crescente onda de interesse. Os quadros de decisão políticos estão reconhecendo que o acesso equitativo das crianças a uma educação e cuidado de qualidade poderá fortalecer os alicerces da aprendizagem para o resto da vida, além de fornecer apoio a necessidades educacionais e sociais mais amplas das famílias.

No processo de aquisição de conhecimentos, além dos aspectos cognitivos e afetivos, outro fator de destaque são as interações sociais. O fator social desempenha um duplo papel: primeiro, como processo contínuo e construtivo de socialização e, segundo, como fonte de transmissões educativas e lingüísticas das contribuições culturais e dos sentimentos morais. (PACHECO, 2003).

Afirma Bock (2000): As características do desenvolvimento de crianças e de nossos jovens têm sido tributadas à natureza humana, isto é, têm sido naturalizadas como características do desenvolvimento humano. A infância e adolescência são pensadas como fases de um desenvolvimento esperado, previsto e natural.

Leontiev (2001), ao discutir a questão dos estágios de desenvolvimento do psiquismo infantil, o autor afirma que nem o conteúdo dos estágios nem sua seqüência no tempo são imutáveis e dados de uma vez por todas, visto que o conteúdo dos estágios é determinado pelas condições históricas concretas. Assim, não é a idade da criança que determina o conteúdo do estágio do desenvolvimento, mas “os próprios limites de idade de um estágio, pelo contrário, dependem de seu conteúdo e se alteram com a mudança das condições histórico-sociais”.

Nesse sentido, Vigotski, Leontiev e Elkonin concebiam o desenvolvimento infantil como fenômeno *histórico* não determinado por leis naturais universais, mas intimamente ligado às condições objetivas da organização social, sendo fundamental considerar o lugar ocupado pela criança nas relações sociais e as condições históricas concretas em que seu desenvolvimento se desenrola.

Para Saviani (1991), a função da escola é estender, a todos os seus alunos, o conhecimento elaborado e sistematizado, fundamental para que as pessoas tenham maior liberdade de ação pela assimilação e internalização do conhecimento, a partir do processo de ensino e de aprendizagem.

Oliveira (2005) alerta que o significado de uma proposta pedagógica para a creche ou pré-escola deve ponderar a atividade educativa como ação proposital guiada para o aumento do universo cultural das crianças de modo que lhes sejam dadas possibilidades para entender os fatos.

Apesar de muitos esforços, pode-se afirmar, infelizmente, que ainda não se tem nas escolas públicas, a não serem alguns casos excepcionais, um trabalho eletivo organizado cujo objetivo seja a elaboração, o desenvolvimento e a avaliação de uma Proposta Educacional. (Fusari, 1995).

O projeto pedagógico da escola é apenas uma oportunidade para que algumas coisas aconteçam e dentre elas o seguinte: tomada de consciência dos principais problemas da escola, das possibilidades de solução e

definição das responsabilidades coletivas e pessoais para eliminar ou atenuar as falhas detectadas. (Azanha, 2000).

A ação educativa é um processo regular desenvolvido em todas as sociedades humanas, que tem por objetivos preparar os indivíduos em crescimento (crianças e adolescentes).

O acesso a conhecimentos e habilidades constitui parte do processo de formação humana. Kant diz , em certo momento, que “o homem é a única criatura que precisa ser educada”.

3.2 Preferências alimentares

A literatura sobre nutrição infantil evidencia que o comportamento alimentar do pré-escolar é determinado em primeira instância pela família, da qual ela é dependente e, secundariamente, pelas outras interações psicossociais e culturais da criança. O padrão da alimentação do pré escolar é determinado por suas preferências alimentares. (RAMOS, 2000).

O comum da alimentação do pré escolar é verificado através das preferências alimentares. É difícil fazer com que a criança aceite uma alimentação saudável e variada, adquirindo um hábito alimentar mais adequado, já que muitas crianças têm medo de experimentar novos alimentos. Este comportamento é denominado neofobia alimentar, o qual proporciona uma função protetora em um ambiente de possíveis itens danosos ao organismo humano (Pliner & Hobden, 1992; Yamamoto & Lopes, 2004).

No entanto, a resposta neofóbica não é estática, havendo uma tendência de diminuição com o avanço da idade (Birch, 1999; Hursti & Sjödén, 1997) e a própria história de vida do indivíduo apresenta diversas variáveis que podem influenciar esse comportamento (Hursti & Sjödén, 1997, Hendy & Raudenbush, 2000, Rozin, 1996).

A neofobia alimentar pode ser reduzida por métodos de aprendizagem na alimentação que permitem que a criança aprenda sobre fome e saciedade, substâncias comestíveis, sabores dos alimentos e quantidade de alimentos que deve ser consumida. A aprendizagem é central no desenvolvimento do padrão alimentar da criança, que é estabelecido pelo processo de condicionamento e associa a sugestão sensorial dos alimentos, a consequência pós-ingesta da alimentação e contexto social alimentar. (RAMOS, 2000).

Recomenda-se fazer a introdução de novos alimentos e preparações de forma gradual, respeitando-se os interesses da criança e auxiliando no aprendizado do consumo de uma dieta equilibrada.

A criança, ao experimentar e aceitar o alimento apresenta uma grande chance de aprová-lo e incluí-lo em seus hábitos alimentares. (PHILIPPI, 2003).

As tendências alimentares das crianças na idade pré-escolar são alimentos ricos em carboidrato, gordura, sal e baixo consumo de alimentos como vegetais e frutas, se comparados às quantidades recomendadas.

Esta tendência é originada na socialização alimentar da criança e depende, em grande parte, dos padrões da cultura alimentar do grupo social ao qual ela pertence. (Ramos e M. Stein, 2000).

Existe evidência de que algumas preferências alimentares são inatas e que, dependendo dos alimentos disponíveis, as preferências adquiridas podem promover ou impedir o consumo de dietas nutricionalmente adequadas. Devido ao crescente interesse sobre a possível relação entre a alimentação de crianças e adolescentes e doenças na idade adulta, a dieta de indivíduos jovens tem sido pesquisada. Há evidências concretas de que algumas doenças típicas do adulto (obesidade, doenças cardíacas, câncer e osteoporose) são processos patológicos que refletem a exposição acumulativa a fatores de risco, dentre eles a dieta, em diferentes fases da vida. Durante a infância e a adolescência, a alimentação, ao mesmo tempo em que é importante para o crescimento e desenvolvimento, pode também representar um dos principais fatores de prevenção de algumas doenças na idade adulta. (Colucci, 2004).

Na elaboração das práticas alimentares infantis atuam fatores socioeconômicos, culturais, geográficos, demográficos, psicológicos e resultantes da interação mãe e filho, que refletem no interesse materno e na qualidade da alimentação infantil. (TAKUSHI; Sueli, 2006).

Pela pirâmide alimentar brasileira, recomenda-se para crianças em idade escolar seis porções de pães e cereais, quatro porções diárias de frutas e de hortaliças, uma porção de leguminosas, duas de carnes e ovos, três de leite e produtos lácteos, duas de açúcar e doces e uma de óleo e gordura.

Ao analisar os estudos citados anteriormente, destacam-se como principais desvios alimentares: consumo insuficiente de frutas, hortaliças e leguminosas (principalmente feijão); ausência de refeições, com destaque para o desjejum; redução do consumo de leite e derivados com substituições dos mesmos por bebidas lácteas com menor concentração de cálcio; aumento no consumo de alimentos prontos (congelados e pré-preparados) e refrigerantes. Estes hábitos sinalizam para a necessidade de trabalho de educação alimentar envolvendo o núcleo familiar, os órgãos

governamentais e os meios de comunicação (Schmitz e colaboradores, 2008).

O processo de aprendizagem é um dos fatores determinantes do comportamento alimentar da criança, cujo condicionamento está associado a três fatores: a sugestão do sabor dos alimentos, a consequência pós-ingesta da alimentação e o contexto social. (RAMOS, 2000).

A escola aparece neste contexto como local privilegiado para as ações de melhoria das condições do estado nutricional das crianças, sendo estratégico para o desenvolvimento de iniciativas de promoção da saúde, que incentiva o desenvolvimento humano saudável. Educadores e donos de cantina escolar são essenciais para a promoção da alimentação saudável, entretanto, torna-se imprescindível a criação de outras estratégias que garantam a continuidade de um ambiente escolar saudável, para toda a comunidade escolar, com a missão de formar adultos saudáveis.

3.3 Alimentação no ambiente escolar

A escola desempenha importante papel na formação dos hábitos alimentares, visto que é nesse ambiente que substancial proporção de crianças e adolescentes permanecem por expressivo período de tempo diário. (Danelon; Danelon; Silva; 2006). Nesse contexto, a escola é um excelente local para aplicar atividades de educação nutricional.

A creche é um ambiente especial, criado para oferecer ótimas condições para um desenvolvimento integral e harmonioso da criança, estimulando-a nas esferas biológica, psicossocial, cognitiva e espiritual. No desenvolvimento dessas ações, vários profissionais respondem pela implementação dos cuidados integrais à criança durante a ausência da família (ZEITOUNE et al., 2003).

Por outro lado, as cantinas vendem alimentos muito calóricos e não saudáveis. Ainda, a presença das cantinas nas escolas interfere na adesão ao programa de merenda escolar, no caso das escolas públicas e pode representar uma forte limitação à educação nutricional.

A elaboração de portarias, por gestores dos estados e municípios, que controlam o funcionamento das cantinas, pode ser considerada um importante passo

em direção à transformação e melhoria da escola em um ambiente facilitador para escolhas alimentares adequadas e saudáveis.

Ressalta-se, no entanto, a importância de programas de educação nutricional que envolva alunos e familiares para consolidação de hábitos alimentares saudáveis. (Danelon; Danelon; Silva; 2006).

Segundo GONZALES, 2007, os especialistas que atuam nas sociedades das áreas de hipertensão e obesidade, que uma das poucas saídas para o problema da obesidade no mundo é inserir matéria educativa, nas escolas públicas e particulares, desde os níveis iniciais. Criar hábitos sadios seria mais fácil que modificar comportamentos indesejados no adulto? Que tipo de investimento seria mais eficaz? Quanto custaria aos cofres públicos? Existem iniciativas nos âmbitos nacionais, estaduais e municipais?

Presentemente o instrumento para combater distúrbios nutricionais são as medidas de saúde que dependem, por sua vez, dos interesses dos gestores de políticas públicas.

Nesse contexto, merece destaque o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Por meio da distribuição de refeições durante o intervalo das atividades escolares, o programa visa atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes, bem como para a formação de bons hábitos alimentares.

O público-alvo do programa é caracterizado por alunos matriculados na educação infantil (creches e pré-escolas) e no ensino fundamental (1ª a 8ª séries) da rede pública e das escolas mantidas por entidades filantrópicas, desde que estas estejam cadastradas no Censo Escolar e registradas no Conselho Nacional de Assistência Social. (Danelon, Danelon, Silva, 2006).

Não podemos esquecer, então, a importância de orientar os alunos sobre os alimentos vendidos pelas cantinas, presentes nas escolas, visto que os ingredientes de alimentos industrializados como gordura vegetal hidrogenada, sódio, açúcar em excesso têm sido estudados, já que relacionam o seu consumo excessivo com a prevalência da obesidade e comorbidades associadas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) de que o consumo máximo de gordura trans não ultrapasse 1% do valor energético total diário, na dieta ocidental estes valores representam 2,6%. Além de que o consumo de refrigerantes acaba levando à redução da ingestão de leite e suco de frutas naturais.

Associado a isso, M. Rinaldi, 2008 diz que a urbanização e a industrialização criaram um ambiente com reduzida prática de atividade física, devido à exposição excessiva a televisão, jogos eletrônicos, computadores e serviços de pronta entrega no domicílio. A prática freqüente de exercícios físicos diminui o risco de obesidade, atua na regulação do balanço energético, influencia na distribuição do peso corporal, preserva e mantém a massa magra, além de promover perda de peso corporal. (M. Rinaldi, 2008).

Tendo em vista essas mudanças sociais, crescem os cuidados que devem existir na alimentação em ambiente escolar, principalmente na infância, já que é onde se inicia a formação de hábitos alimentares.

Ressalta-se também, a importância do desenvolvimento de práticas regulares de atividades de educação nutricional nas escolas, como parte da aprendizagem infantil e como instrumento para a mudança ou conservação de hábitos alimentares das crianças.

A educação é essencial à vida. O homem aprende e se desenvolve no esforço por responder aos desafios habituais.

A educação acontece nesse dia-a-dia social e também através de ações de instrução e ensino preparadas por pessoas habilitadas. Assim, não existe fórmula mágica para conseguir que as crianças passem a comer melhor de um dia para outro. Isto não justifica, porém, esquecer essa importante ação em prol do acesso a saúde.

Dessa forma, a escola é um espaço privilegiado para promover a saúde, por ser um local onde as crianças passam grande parte do seu tempo, vivem e aprendem. O ambiente de ensino proporciona as condições para desenvolver atividades de educação nutricional, o aprendizado e o trabalho de todos os envolvidos nesse processo.

3.4 O NUTRICIONISTA COMO EDUCADOR

No ambiente escolar, para que o trabalho do nutricionista seja, de fato, educativo, é importante que se estabeleça uma relação de diálogo entre o saber popular e o saber técnico. O profissional de nutrição tem aí a oportunidade de trabalhar com outras áreas da nutrição, desenvolvendo seu potencial como

educador em nutrição, devendo estar presente na promoção da saúde que deve ser a merenda escolar, considerando que a alimentação saudável faz parte dos requisitos definidos pela Organização Panamericana de Saúde/Organização Mundial de Saúde para a escola que promove.

As crianças têm poucos conhecimentos em nutrição e hábitos alimentares, evidenciando que as escolas, os pais e a mídia têm veiculado mensagens insuficientes e ineficazes de hábitos alimentares mais saudáveis.

A avaliação de vários estudos que incluem aconselhamento em alimentação infantil, em áreas diversas, tem mostrado resultados efetivos. (FERREIRA, Marina; BASSICHETO, Kátia).

A relação entre conhecimentos em nutrição e estado nutricional sugere que outros fatores, como falta de ambiente favorável na praticabilidade das intenções de melhorar a qualidade da dieta, são fundamentais para modificar o estado nutricional ou prevenir a obesidade.

As intervenções, portanto, devem ir muito além de apenas promover conhecimentos nutricionais. São necessárias ações integradas que visem à saúde das crianças, envolvendo famílias, escolas, comunidades e indústria alimentícia, além de um sistema de saúde que priorize a prevenção de doenças. (TRICHES; GIUGLIANI, 2005.)

Do ponto de vista da análise geral de programas de saúde escolar brasileiros, Bizzo, Leder (2005) argumentam que esses evocam integralidade, mas exibem prática assistencialista e subdividida em ações isoladas, reproduzindo paradigmas da saúde, o que, coadunado ao quadro epidemiológico típico, converge para reforçar a necessidade de implementação de uma política nacional de educação nutricional do escolar.

Cerqueira (1985) considera a educação nutricional, medida de alcance coletivo com o fim primordial de proporcionar os conhecimentos necessários e a motivação coletiva para formar atitudes e hábitos de uma alimentação sadia, completa, adequada e variada.

Não parece haver dúvidas sobre a importância da educação alimentar e nutricional na promoção de práticas alimentares saudáveis. No entanto, as reflexões sobre suas possibilidades e limites, como também o modo como ela é concebida, ainda são escassas. (Santos, 2005)

Cada escola deve ter um nutricionista no seu quadro de funcionários.

A atuação desse profissional no PNAE é garantida pela legislação atual (Resolução CFN n. 465/2010)¹¹, que o coloca como o responsável técnico (RT) junto ao

Governo Federal, que responderá ética, civil, administrativa e plenamente pelas atividades definidas na legislação do PNAE e pelas normas do Conselho Federal dos Nutricionistas (CFN).

Algumas de suas atribuições obrigatórias definidas na Resolução do CFN n. 465 de 2010 são: realizar o diagnóstico e o acompanhamento do estado nutricional; estimular a identificação de indivíduos com necessidades nutricionais específicas; planejar, elaborar, acompanhar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, com base no diagnóstico nutricional e nas referências nutricionais; *propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar*; interagir com os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais e suas organizações de forma a conhecer a produção local inserindo esses produtos na alimentação escolar, entre outras.

Muitos municípios não possuem nutricionistas em seu quadro e alegam a falta de recursos disponíveis, ausência do profissional nas regiões próximas e concurso público em andamento como motivos. Por outro lado, há municípios que possuem mais de um nutricionista em seu quadro técnico. (PEIXINHO; Albaneide ET AL.)

O Programa de Alimentação Escolar tem se resumido, muitas vezes, no fornecimento de lanches ou refeições no intervalo das atividades escolares. Entretanto, existem possibilidades, que podem ser usadas pelo nutricionista responsável pelo Programa, para desenvolver atividades educativas em nutrição, visando a promoção da saúde da comunidade escolar. (COSTA, Ester; RIBEIRO, Victória; RIBEIRO, Eliana).

Cabe, no entanto, ressaltar que essa forma do nutricionista desenvolver atividades educativas não é neutra, pois recebe influências do contexto social, político e econômico em que ele atua. A política de saúde e de educação, valorizando determinadas práticas em detrimento de outras, de alguma forma define o que deve ser ensinado e aprendido pelo nutricionista e que estratégias pedagógicas devem ser utilizadas, tanto na educação formal quanto no seu ambiente de trabalho. Toda vez que os recursos financeiros e humanos são designados preferencialmente para determinados programas de cunho intervencionista e não para aqueles que privilegiam as atividades educativas promotoras de saúde, definem-se também as práticas de saúde que devem ser adotadas e outras que devem permanecer em segundo plano. Desse modo, as condições de trabalho, determinadas por essas escolhas, condicionam, de alguma

forma, a prática educativa e a produção de conhecimento em saúde, inibem a construção de práticas alternativas e criativas com a comunidade atendida, em razão dos limites impostos pelas instituições financiadoras dos programas. Conforme adverte Assis (1998):

“Uma releitura do sentido das práticas educativas, suscitada a partir do reconhecimento da dimensão comportamental e da dinâmica contraditória das instituições, implica, então, a possibilidade de transição de um discurso normativo, vertical e disciplinador, para um enfoque discursivo/comunicativo sobre a própria qualidade de vida”.

Atividades educativas em nutrição têm espaço próprio nas escolas quando se fala em promoção da saúde e na possibilidade de virem a ser produtoras de conhecimento. Embora a insuficiência de recursos financeiros para adquirir alimentos necessários à manutenção da boa saúde seja o principal condicionante do problema alimentar no Brasil, outros fatores como a desinformação, a pressão publicitária, os hábitos familiares e sociais e mesmo as alterações de ordem psicológicas não devem ser desconsiderados.

“A alimentação escolar tem características de assistência nutricional, desde que ofereça alimentos adequados em quantidade e qualidade, para satisfazer às necessidades nutricionais do escolar, no período do dia em que permanece na escola. (Mas também,) por ser servida na escola, adquire características de ferramenta educativa, que pode e deve ser utilizada para os fins maiores da educação, (...) habilitando o aluno a intervir na própria realidade” (Conselho Federal..., 1995).

Desse modo, o PNAE pode ser considerado também um instrumento pedagógico, não apenas por fornecer uma parte dos nutrientes que o escolar necessita diariamente, mas também por se constituir em espaço educativo melhor explorado, quando, por exemplo, estimula a integração.

Um trabalho de educação nutricional desenvolvidos com pré-escolares, relatado em Benetti et al. (2008), destaca o aumento progressivo de interesse pelos assuntos de alimentação e nutrição entre os participantes. As atividades de educação nutricional tornam-se estratégias de fundamental importância para o desenvolvimento da aprendizagem sobre nutrição, pois prendem a atenção do ouvinte e o faz interagir com os acontecimentos das atividades. Por meio da educação nutricional torna-se possível despertar a curiosidade e o interesse de pré-escolares pelos alimentos e da importância de cada um para a saúde humana.

Com a finalidade de garantir a promoção da alimentação saudável nas escolas, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação determinaram a **Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006**, que institui as diretrizes para a

promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar, sendo a educação alimentar e nutricional uma das ações prioritária (BRASIL, 2006).

4 METODOLOGIA

O estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, considerando a relevância do tema, buscando conhecer sob o olhar de alguns autores, a importância da educação nutricional para as crianças.

A revisão bibliográfica, segundo Fogliatto (2007), é aquela que reuni idéias oriundas de diferentes fontes, visando construir uma nova teoria ou uma nova forma de apresentação para um assunto já conhecido.

Para o desenvolvimento da pesquisa e melhor compreensão do tema, este Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado a partir dos registros, análise e organização dos dados bibliográficos, instrumentos que permite uma maior compreensão e interpretação crítica das fontes obtidas.

A elaboração da pesquisa teve como ferramenta embasadora, material já publicado sobre o tema; livros, artigos científicos, publicações periódicas e materiais na Internet disponíveis.

4.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de um estudo de revisão sistemática de literatura científica, na modalidade denominada revisão integrativa. A escolha desse método foi por oportunizar um embasamento científico que permitisse através de pesquisas já realizadas, compreender a atuação do nutricionista como educador e a importância da educação nutricional na infância, tendo como benefício, permitir a síntese de estudos publicados; possibilitar conclusões gerais a respeito de uma área de estudo; proporcionar uma compreensão mais completa do tema de interesse, produzindo assim, um saber fundamentado e uniforme para a realização do cuidado da nutrição com a formação alimentar das crianças.

Segundo Cooper (1989), esse tipo de revisão é caracterizado como um método que agrega os resultados obtidos de pesquisas primárias sobre o mesmo assunto, com o objetivo de sintetizar e analisar esses dados para desenvolver uma explicação mais abrangente de um fenômeno específico. Ainda segundo o autor, a revisão integrativa é a mais ampla modalidade de pesquisa de revisão, devido à inclusão simultânea de estudos experimentais e não-experimentais, questões teóricas ou empíricas.

Diante disso, permite maior entendimento acerca de um fenômeno ou problema de saúde.

Justifica-se a revisão sistemática através de sua definição como sendo uma aplicação de estratégias científicas que limitam o viés da seleção de artigos, onde se avalia com espírito crítico os artigos e se sintetizam todos os estudos relevantes em um tópico específico (PERISSÉ, 2001). Em relação à sua importância, estudiosos afirmam que esse recurso pode criar uma forte base de conhecimentos, capaz de guiar a prática profissional e identificar a necessidade de novas pesquisas (MANCINI, 2007) e, segundo Hek (2000), constitui-se em um método moderno para a avaliação simultânea de um conjunto de dados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação suficiente e adequada, principal necessidade do ser humano, constitui um dos direitos da criança. Segundo a OMS, a nutrição adequada é o principal fator para o crescimento e desenvolvimento normais.

No Brasil, a merenda escolar sempre esteve presente no programas de suplementação alimentar. As primeiras iniciativas datam da década de 30, quando alguns estados e municípios mais ricos passaram a responsabilizar-se, de forma crescente, pelo fornecimento da merenda em suas redes de ensino. Nos anos 50, criou-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Desde então, o Programa de Merenda Escolar manteve o objetivo de contribuir para melhorar as condições nutricionais e de saúde dos escolares, ao fornecer alimentação suplementar. Na definição de sua composição nutritiva, estabeleceu-se que deveria fornecer de 15% a 30% das recomendações de calorias e nutrientes. (STEFANINI, Maria;1997).

Como forma de prevenir doenças crônicas, apontadas como a principal causa de morte na idade adulta, programas de educação nutricional vêm sendo criados em diversos países. Tais programas beneficiam as crianças, por meio de orientação sobre adequada ingestão energética e de micronutrientes e favorecem a boa forma física. Promovem também a redução dos riscos de doenças que se manifestariam na maturidade, por meio da modificação de determinados comportamentos na infância (BARANOWSKI,2000).

A inclusão da alimentação saudável no dia a dia destas crianças pode contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis, além de prevenir as doenças crônicas degenerativas que podem ser desenvolvidas na fase adulta. Por isso, torna-se indispensável que se torne também regra, a realização de um processo de aprendizagem com atividades de educação nutricional, para que sejam efetivamente fornecidas e aceitas as calorias e nutrientes necessários para o crescimento e desenvolvimento infantil. Já que a escola é um ambiente ideal para essas práticas, seria importante planejar e agregar ao planejamento escolar, uma frequência maior dessas atividades, tendo em vista não só as boas condições higiênicas sanitárias das instalações, a segurança dos gêneros alimentícios, mas também a educação quanto às escolhas alimentares dentro e fora da escola.

Desta forma, podemos observar a complexidade do trabalho do nutricionista na área de alimentação escolar. (VOOS; Ana Carolina, 2009)

Muito tem se falado sobre a importância da educação nutricional em instituições de ensino para a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância, mas pouco se conhece a respeito de ações que promovam alimentação saudável nas escolas e outras instituições de ensino. (SALVI; Cristina, CENI, Giovana, 2009).

A importância que a educação tem na promoção à saúde é indiscutível, porém há necessidade de mais ação, mais trabalho e empenho por parte dos nutricionistas para que a educação nutricional seja prioridade em todas as escolas.

Infelizmente, a educação nutricional ainda é uma atividade pouco presente creches, portanto, há necessidade de maior divulgação da promoção da alimentação saudável na fase pré-escolar como forma de garantir qualidade de vida na idade adulta. (ZEIDAN, Nadima; 2008).

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. Educação **em saúde e qualidade de vida: para além dos modelos, a busca da comunicação**. *Série Estudos em Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n.169, p.3-30, 1998.

AZANHA, José Mario Pires. **Proposta Pedagógica e autonomia da Escola**. São Paulo, 2000.

BARROS, Aidil; LEHFELD, Neide. **Fundamentos de Metodologia Científica** : Um guia para a iniciação científica. 2 ed. São Paulo/ SP, 2000.

BIZZU, Maria; LEDER, Lídia. Educação Nutricional nos parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. **Revista de Nutrição**, Campinas/ SP, 2005.

BARANOWSKI, T. *et al.* Physical activity and nutrition in children and youth: an overview of obesity prevention. **Prev Med**, v. 31, p1-10, 2000.

BOOG, Maria Cristina Faber. **Educação Nutricional em Serviços de Saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1999.

BENETTI, F.; BARBERINI, A.; WILK, R.L.; SPINELLI, R.B.; CENI, G.C. **Educação Nutricional para Pré-Escolares em uma escola de Ensino Fundamental da Região Norte do Rio Grande do Sul**, Revista Perspectiva, v.32, n.117, p.105-114, 2008.

CARDOSO, Ary; LOPES, Anderson; TADDEI, José. **Tópicos atuais em Nutrição e Pediatria**. São Paulo/SP, 2006. Editora Atheneu.

COOPER, H.M. Integrating Research: a guide for literature reviews. 2. ed. **London SAGE publication**, [s.l], v.2, p.155, 1989.

COSTA, Ester; RIBEIRO, Victória; RIBEIRO, Eliana. **Programa de alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento**. Rev. Nutr., Campinas, 2001.

COLUCCI, Ana Carolina Almada. **Desenvolvimento de um questionário de frequência alimentar para avaliação do consumo alimentar de crianças de 2 a 5 anos de idade**. Revista Brasileira de Epidemiologia, 2004.

COSTA, Priscila da Silva; PONTES, Patrícia Braga; REZENDE, Magda Andrade. **O desenvolvimento infantil em creches e pré escola avaliado pelo teste de triagem de desenvolvimento de Denver II**. Rev Esc Enferm USP, 2004.

Disponível em:<<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.htm>.

Disponível em:< www.fnde.gov.br/index.php/rock...rescfnn4652010/download.

FADIGI, Daniela; NASSER, Leila. **Educação Nutricional na infância e na adolescência**. São Paulo/SP, 2006. Editora RCN LTDA.

FERRACIOLI, Laércio. **Aspectos da construção do conhecimento e da aprendizagem na obra de Piaget**. UFES, Vitória/ES, 1999.

FOGLIATTO, Flavio. **Organização de Textos Científicos**, 2007. Disponível em:<http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/146_seminario_de_pesquisa_2_diretrizes_referencial_teorico.doc>.

FUSARI, José Cerchi. **A construção da proposta Educacional e do Trabalho coletivo na unidade escolar**. São Paulo, 1995.

FERREIRA, Maria Clotilde Rosseti; AMORIM, Kátia de Souza; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Olhando a criança e seus outros: Uma trajetória de pesquisa em educação infantil**. PSICOLOGIA USP, São Paulo, 2009.

FIATES, Giovanna Medeiros Rataichesk; Amboni, Renata Dias Mello Castanho; TEIXEIRA, Evanilda. **Marketing, Hábitos alimentares e estado nutricional: aspectos polêmicos quando o tema é consumidor infantil**. Alim. Nutr., Araraquara, 2006.

GUIMARÃES, Daniela. et al. **Infância e educação infantil**. 3 ed. 2005, Editora Papirus.

GONZALES, Maria das Graças Patrício. **Iniciativas das escolas públicas e particulares na prevenção da obesidade infantil no município de amparo-SP**. 2007.

HEK G. Systematically searching an reviewing leterature. **Nurse researcher**. 2000.

JUNG, Carlos Fernando. **Metodologia para pesquisa e Desenvolvimento** : Aplicadas a Novas Tecnologias, Produtos e Processos. São Paulo/SP, 2004, p.61.

LS VYGOTSKY - Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12 ed. São Paulo/SP: Hucitec, 2010, p. 407

LOPES, Fívia e colaboradores. **Comer ou não comer, eis a questão: diferença de gêneros na neofobia alimentar**.Psico-USF, 2006.

MAZZILLI, Rosa. Valor nutricional da merenda e sua contribuição para as recomendações nutricionais do pré-escolar, matriculado no CEAPE. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo.

MANCINI, M.C. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**, 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v11n1/12.pdf>>.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação infantil: Fundamentos e Métodos**. 2 ed. São Paulo/SP, 2005.

OLIVEIRA, Silvio Luis de. **Tratado de Metodologia Científica: Projetos de pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses**. São Paulo/SP, 1998, p. 115.

PALMA, Domingos; ESCRIVÃO, Maria; OLIVEIRA, Fernanda. **Nutrição Clínica na infância e na adolescência**. São Paulo/SP, 2009. Editora Mande LTDA.

PHILLIP, Sônia Tuncunduva. **Pirâmide dos alimentos: fundamentos básicos da nutrição**. São Paulo/SP, 2008, p.3. Editora Mande LTDA.

PERISSÉ, A.R.S 2001. **Revisões sistemáticas e diretrizes clínicas**. Rio de Janeiro: Reichmann e Afonso, 2001.

PEIXINHO, Albaneide e colaboradores. **Alimentação Escolar no Brasil e nos Estados Unidos**. O mundo da Saúde, São Paulo, 2011.

PHILLIPI, Sônia Tuncunduva; CRUZ, Ana Tereza Rodrigues; COLUCCI, Ana Carolina Almada. **Pirâmide alimentar para crianças de 2 a 3 anos**. Revista de Nutrição, 2003.

PASQUALINI, Juliana Campregher. **A perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil**. 2009.

RODRIGUES, Neison. **Educação: da formação humana à construção do sujeito ético**. 2001.

RAMOS, Maurem; STEIN, Lílían M. **Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil**. Jornal de Pediatria, 2000.

PACHECO, Lílían; SISTO, Firmino Fernandes. **Aprendizagem por integração e traços de personalidade**. Psicologia Escolar e Educacional, 2003.

QUEIROZ, Rosemary; CUNHA, Maria. **Educação uma conquista de todos os dias**. Coleção Educar. Bauru/SP: Editora EDUSC; Brasília/DF. INEP, 2002.

ROMO, Marcela; CASTILHO, Carlos. Metodologias das Ciências Sociais aplicadas ao estudo da Nutrição. **R. Chilena de Nutrição**, Santiago, v. 29, n.1, abr. 2002

RAMOS, Maurem; STEIN, Lilian. Desenvolvimento do comportamento alimentar infantil. **Jornal de Pediatria**, Volume 76, 2000.

RINALD, Ana. et AL. **Contribuições das práticas alimentares e inatividade física para o excesso de peso infantil**. Artigo de revisão, 2008.

SILVA. Rosália de Fátima e. **A entrevista compreensiva**. Texto utilizado para discussão no curso de Procedimentos Metodológicos: objeto, contexto e técnicas de análises I. UFRN. DEPEd . Programa de Pós-graduação em Educação; 2002; com

base em tradução livre do livro KAUFMANN; Jean Claud L' entretien Compreensif. Paris: Nathan, 1996

SILVA, Cleliani. **Cantina Escolar**. UNICAMP, São Paulo/SP.

SANTOS, Lígia. Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas/ SP, Volume 18, 2005.

STEFANINI, Maria. **Merenda Escolar: história, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais da criança**. São Paulo, 1997.

SILVA, Simone Cerqueira da; ARANHA, Maria Salete Fábio. **Interação entre professora e alunos em sala de aula com proposta pedagógica de educação inclusiva**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, Set.-Dez. 2005.

TEIXEIRA, Guilherme João de Freitas. **Educação e cuidado na primeira infância: Grandes desafios**. Brasília/DF : UNESCO Brasil, OECD, Ministério da Saúde, 2002.

TRICHES, Rozane Márcia ; GIUGLIANI, Elsa Regina Justo. **Obesidade, práticas alimentares e conhecimento de nutrição em escolares**. Revista de Saúde Pública, 2005.

UEDA, Márcia. **O efeito da publicidade de alimentos saudáveis e não saudáveis sobre as escolhas alimentares de crianças**. UNB, Brasília/DF, 2010.

WEFFORT, Virgínia; HAMOUNIER, Joel. **Nutrição em pediatria da neonatologia à adolescência**. São Paulo/SP, 2009. Editora Mande LTDA.

SALVI, Cristina; CENI, Giovana. **Educação Nutricional para pré escolares da associação creche madre alix**. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI, 2009).

VOOS, Ana Carolina. **Atuação do nutricionista no programa nacional de alimentação escolar (PNAE) no estado do RS**, 2009.

Brasil. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006 : **dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança/ Ministério da Saúde**, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009.

FERREIRA, Luciana; PARADA, Cristina, CARVALHAIS, Maria. **Tendência do aleitamento materno em município da região centro-sul do estado de São Paulo: 1995-1999-2004**, 2007.

ARAÚJO, Maria; REA, Marina; PINHEIRO, Karina; Schmitz, Bethsáida. **Avanços na norma brasileira de comercialização de alimentos para idade infantil**, 2006.

ARAÚJO, Márcio; LEMOS, Ana; CHAVES, Emilia. **Creche comunitária: um cenário para a detecção da obesidade infantil**, 2006.

HOLZ, Estela. **Práticas de aleitamento materno e alimentação infantil no bairro de Itaipu, Medianeira, PR**, 2006.

BASSICHETO, Kátia; REA, Marina. **Aconselhamento em alimentação infantil: contribuição para a discussão dos pressupostos teóricos**, 2010.

SANTOS, Carmina; LIMA, Luciane; JAVORSKI, Marly. **Fatores que interferem na transição alimentar de crianças entre cinco e oito meses: investigação em serviços de puericultura do Recife, Brasil**, 2007.

TAKUSHI, Sueli; TANAKA, Ana; GALLO, Paulo; BRESOLIN, Ana. **Perspectiva da alimentação infantil obtida com gestantes atendidas em centros de saúde na cidade de São Paulo**, 2006.

MASCARENHAS, Maria; ALBERNAZ, Elaine; SILVA, Mirian; SILVEIRA, Regina. **Prevalência de aleitamento materno exclusivo nos 3 primeiros meses de vida e seus determinantes no Sul do Brasil**, 2006.

BRUKEN, Gisela; SILVA, Solanyara; FRANÇA, Giovanny, ESCUDER, Maria; VENÂNCIO, Sonia. **Fatores associados à interrupção precoce do aleitamento materno exclusivo e à introdução tardia da alimentação complementar no centro-oeste brasileiro**, 2006.

ANEXO

– Portaria interministerial 1010/2006

Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINO, E O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e

Considerando a dupla carga de doenças a que estão submetidos os países onde a desigualdade social continua a gerar desnutrição entre crianças e adultos, agravando assim o quadro de prevalência de doenças infecciosas;

Considerando a mudança no perfil epidemiológico da população brasileira com o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, com ênfase no excesso de peso e obesidade, assumindo proporções alarmantes, especialmente entre crianças e adolescentes;

Considerando que as doenças crônicas não transmissíveis são passíveis de serem prevenidas, a partir de mudanças nos padrões de alimentação, tabagismo e atividade física;

Considerando que no padrão alimentar do brasileiro encontra-se a predominância de uma alimentação densamente calórica, rica em açúcar e gordura animal e reduzida em carboidratos complexos e fibras;

Considerando as recomendações da Estratégia Global para Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS) quanto à necessidade de fomentar mudanças sócio-ambientais, em nível coletivo, para favorecer as escolhas saudáveis no nível individual;

Considerando que as ações de Promoção da Saúde estruturadas no âmbito do Ministério da Saúde ratificam o compromisso brasileiro com as diretrizes da Estratégia Global;

Considerando que a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) insere-se na perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada e que entre suas diretrizes destacam-se a promoção da alimentação saudável, no

contexto de modos de vida saudáveis e o monitoramento da situação alimentar e nutricional da população brasileira;

Considerando a recomendação da Estratégia Global para a Segurança dos Alimentos da OMS, para que a inocuidade de alimentos seja inserida como uma prioridade na agenda da saúde pública, destacando as crianças e

jovens como os grupos de maior risco;

Considerando os objetivos e dimensões do Programa Nacional de Alimentação Escolar ao priorizar o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município, por meio do fomento ao desenvolvimento da economia local;

Considerando que os Parâmetros Curriculares Nacionais orientam sobre a necessidade de que as concepções sobre saúde ou sobre o que é saudável, valorização de hábitos e estilos de vida, atitudes perante as diferentes questões relativas à saúde perpassem todas as áreas de estudo, possam processar-se regularmente e de modo contextualizado no cotidiano da experiência escolar;

Considerando o grande desafio de incorporar o tema da alimentação e nutrição no contexto escolar, com ênfase na alimentação saudável e na promoção da saúde, reconhecendo a escola como um espaço propício à formação de

hábitos saudáveis e à construção da cidadania;

Considerando o caráter intersetorial da promoção da saúde e a importância assumida pelo setor Educação com os esforços de mudanças das condições educacionais e sociais que podem afetar o risco à saúde de crianças e jovens;

Considerando, ainda, que a responsabilidade compartilhada entre sociedade, setor produtivo e setor público é o caminho para a construção de modos de vida que tenham como objetivo central a promoção da saúde e a prevenção das doenças;

Considerando que a alimentação não se reduz à questão puramente nutricional, mas é um ato social, inserido em um contexto cultural; e

Considerando que a alimentação no ambiente escolar pode e deve ter função pedagógica, devendo estar inserida no contexto curricular,

R E S O L V E M:

Art. 1º Instituir as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes pública e privada, em âmbito nacional, favorecendo o desenvolvimento de ações que promovam e garantam a adoção de práticas alimentares mais saudáveis no ambiente escolar.

Art. 2º Reconhecer que a alimentação saudável deve ser entendida como direito humano, compreendendo um padrão alimentar adequado às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados sócio-culturais dos alimentos.

Art. 3º Definir a promoção da alimentação saudável nas escolas com base nos seguintes eixos prioritários:

I - ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais regionais e nacionais;

II - estímulo à produção de hortas escolares para a realização de atividades com os alunos e a utilização dos alimentos produzidos na alimentação ofertada na escola;

III - estímulo à implantação de boas práticas de manipulação de alimentos nos locais de produção e fornecimento de serviços de alimentação do ambiente escolar;

IV - restrição ao comércio e à promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras; e

V - monitoramento da situação nutricional dos escolares.

Art. 4º Definir que os locais de produção e fornecimento de alimentos, de que trata esta Portaria, incluam refeitórios, restaurantes, cantinas e lanchonetes que devem estar adequados às boas práticas para os serviços de alimentação, conforme definido nos regulamentos vigentes sobre boas práticas para serviços de alimentação, como forma de garantir a segurança sanitária dos alimentos e das refeições.

Parágrafo único. Esses locais devem redimensionar as ações desenvolvidas no cotidiano escolar, valorizando a alimentação como estratégia de promoção da saúde.

Art. 5º Para alcançar uma alimentação saudável no ambiente escolar, devem-se implementar as seguintes ações:

I - definir estratégias, em conjunto com a comunidade escolar, para favorecer escolhas saudáveis;

II - sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com alimentação na escola para produzir e oferecer alimentos mais saudáveis;

III - desenvolver estratégias de informação às famílias, enfatizando sua corresponsabilidade e a importância de sua participação neste processo;

IV - conhecer, fomentar e criar condições para a adequação dos locais de produção e fornecimento de refeições às boas práticas para serviços de alimentação, considerando a importância do uso da água potável para consumo;

V - restringir a oferta e a venda de alimentos com alto teor de gordura, gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal e desenvolver opções de alimentos e refeições saudáveis na escola;

VI - aumentar a oferta e promover o consumo de frutas, legumes e verduras;

VII - estimular e auxiliar os serviços de alimentação da escola na divulgação de opções saudáveis e no desenvolvimento de estratégias que possibilitem essas escolhas;

VIII - divulgar a experiência da alimentação saudável para outras escolas, trocando informações e vivências;

IX - desenvolver um programa contínuo de promoção de hábitos alimentares saudáveis, considerando o monitoramento do estado nutricional das crianças, com ênfase no desenvolvimento de ações de prevenção e controle dos distúrbios nutricionais e educação nutricional; e

X - incorporar o tema alimentação saudável no projeto político pedagógico da escola, perpassando todas as áreas de estudo e propiciando experiências no cotidiano das atividades escolares.

Art. 6º Determinar que as responsabilidades inerentes ao processo de implementação de alimentação saudável nas escolas sejam compartilhadas entre o Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 7º Estabelecer que as competências das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e de Educação, dos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde, Educação e Alimentação Escolar sejam pactuadas em fóruns locais de acordo com as especificidades identificadas.

Art. 8º Definir que os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição, Instituições e Entidades de Ensino e Pesquisa possam prestar apoio técnico e operacional aos estados e municípios na implementação da alimentação saudável nas escolas, incluindo a capacitação de profissionais de saúde e de educação, merendeiras, cantineiros, conselheiros de alimentação escolar e outros profissionais interessados.

Parágrafo único. Para fins deste artigo, os órgãos envolvidos poderão celebrar convênio com as referidas instituições de ensino e pesquisa.

Art. 9º Definir que a avaliação de impacto da alimentação saudável no ambiente escolar deva contemplar a análise de seus efeitos a curto, médio e longo prazos e deverá observar os indicadores pactuados no pacto de gestão da saúde.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.